

INSTRUÇÕES

1. Não abra este caderno antes de autorizado pelo fiscal de prova.
2. Depois de autorizado pelo fiscal, verifique se faltam folhas neste caderno, se a sequência de 40 (QUARENTA) questões está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Comunique imediatamente ao fiscal de prova qualquer irregularidade.
3. A prova é composta de 40 (QUARENTA) questões objetivas.
4. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas cada uma, sempre na sequência **A, B, C, D e E**, das quais somente uma deve ser assinalada.
5. A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais de provas. Utilize os espaços e/ou páginas em branco para rascunho. Não destaque folhas deste caderno.
6. Ao receber a folha de respostas (gabarito), examine-o e verifique se o seu nome está impresso nele. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao fiscal de prova.
7. Transcreva as respostas para a folha de respostas (gabarito) com caneta esferográfica transparente de **tinta preta ou azul**. A folha de respostas (gabarito) será o único documento válido para efeito de correção. **Em hipótese alguma ocorrerá a substituição da folha de respostas (gabarito) por erro de preenchimento ou qualquer dano causado pelo candidato.**
8. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre candidato, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos, eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
9. Os aparelhos celulares deverão ser desligados e, juntamente com outros objetos, deverão ser colocados sob a carteira ou mesmo no assoalho da sala, dentro do saco plástico.
10. O tempo de resolução das questões, incluindo o tempo para preenchimento da folha de respostas, é de **3 (três) horas** a partir do início da prova.
11. Ao terminar a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal de prova. Aguarde a autorização para entregar a folha de respostas (gabarito).
12. O candidato, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 60 (sessenta) minutos após o início de sua realização. Após o tempo mínimo de 60 (sessenta) minutos de prova, o candidato poderá retirar-se do local de realização das Provas Objetivas levando consigo o caderno de prova que contém e espaço para anotação do gabarito.
13. Os três últimos candidatos de cada sala ficam retidos para assinarem, juntamente com os fiscais daquela sala, a ata e o lacre do envelope dos gabaritos.
14. Não esquecer de levar seus pertences pessoais.

Prova de Conhecimento: Português - (1 – 5)

Considere o fragmento de texto a seguir para as questões 01 a 05:

A periodização da história jamais é um ato neutro ou inocente: a evolução da imagem da Idade Média na época moderna e contemporânea comprova isso. Por meio da periodização, expressa-se uma apreciação das sequências assim definidas, um julgamento de valor, mesmo que seja coletivo. Aliás, a imagem de um período histórico pode mudar com o tempo.

A periodização, obra do homem, é portanto ao mesmo tempo artificial e provisória. Ela evolui com a própria história. Em relação a isso, ela tem uma dupla utilidade: permite melhor controlar o tempo passado, mas também sublinha a fragilidade desse instrumento do saber humano que é a história.

O termo “Idade Média”, que expressa a ideia de que a humanidade sai de um período brilhante esperando, sem dúvida, entrar num período tão radioso quanto, é difundido, diz-se, no século XV, principalmente em Florença: aí está a razão pela qual essa cidade se torna o centro do humanismo. O próprio termo “humanismo” não existe antes do século XIX: em torno de 1840, ele designa a doutrina que coloca o homem no centro do pensamento e da sociedade. Parece que ele é primeiramente encontrado na Alemanha, e depois em Pierre Joseph Proudhon, em 1846. Vemos que o termo “Renascimento” levou tempo para impor-se diante do termo “Idade Média”. [...]

Se agora nos voltarmos para trás, a cronologia não é mais clara, nem mais precoce. Na Idade Média, a noção de “Antiguidade” é reservada a Grécia e Roma pelos eruditos. A ideia de uma Antiguidade da qual, de alguma forma, sairia a Idade Média – dado que esse período dito antigo parece ter sido o modelo e a nostalgia da maior parte dos clérigos medievais – não aparece antes do século XVI, e ainda assim de maneira fluida. [...]

Durante muito tempo se fez corresponder o fim da Antiguidade com a conversão do imperador Constantino ao cristianismo (Édito de Milão, 313) ou com a remissão ao imperador de Bizâncio das insígnias imperiais ocidentais (476). Porém, vários historiadores enfatizaram que a transformação de uma época a outra foi longa, progressiva, cheia de sobreposições.

Fonte: LE GOFF, J. *A história deve ser dividida em pedaços?*. Trad. Nícia Adan Bonatti. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 29-31.

01. O tema central do texto selecionado está relacionado à	
A.	defesa de que o historiador se distancie de juízos de valor ao propor a divisão da história em períodos.
B.	problematização da ideia de divisão cronológica da história, que pode ter caráter provisório e valorativo.
C.	proposta de rever a denominação de “Idade Média” para o período que se conhece como medieval.
D.	revisão dos termos “humanismo” e “Renascimento” para caracterizar o período pós-medieval.
E.	crítica à proposta de reservar a denominação “Antiguidade” à era clássica greco-romana.

02. De acordo com o texto, é CORRETO dizer que o termo “Idade Média”	
A.	fixou-se no Renascimento e manteve-se com o mesmo conceito até nossos dias, diferentemente do que ocorreu com outras designações de períodos históricos, como “Antiguidade” e “Renascimento”.
B.	tinha inicialmente conotação positiva, relacionada a um período brilhante, mas adquiriu, no início do Renascimento, conotação negativa, vinculada à ideia de retrocesso em relação à Antiguidade clássica.
C.	designa um período histórico cujo entendimento foi se modificando ao longo do tempo, provando que a periodização da história não é uma construção imparcial e definitiva.
D.	refere-se a uma denominação provisória atribuída pelos clérigos medievais saudosos da Antiguidade greco-romana, que se solidificou ao longo do tempo, sem qualquer divergência entre historiadores.
E.	resulta de uma escolha consensual entre os historiadores modernos para marcar a mudança súbita e radical em relação à Idade Antiga, ocorrida com a desagregação do Império Romano do Ocidente.

03. Marque a alternativa INCORRETA com relação ao primeiro parágrafo do texto.	
A.	O pronome “isso” faz remissão à totalidade da porção textual que antecede os dois pontos.
B.	O termo “jamais” indica que o critério de periodização da história é, em qualquer circunstância, valorativo e parcial.
C.	Os termos “neutro” e “inocente” se contrapõem, no sentido pretendido no texto, a “apreciação” e “julgamento de valor”.
D.	A expressão “mesmo que” pressupõe que o critério de periodização poderia passar somente pelo crivo de um indivíduo ou de um grupo restrito de indivíduos.
E.	O advérbio “aliás” introduz uma ratificação, por meio de paráfrase, em relação ao que se afirmou no período anterior do texto.

04. Assinale a alternativa CORRETA com relação ao uso das vírgulas no seguinte trecho: “O termo ‘Idade Média’, que expressa a ideia de que a humanidade sai de um período brilhante esperando, sem dúvida, entrar num período tão radioso quanto, é difundido, diz-se, no século XV, principalmente em Florença [...]”	
A.	As duas primeiras vírgulas isolam uma oração coordenada explicativa.
B.	As vírgulas antes e depois de “sem dúvida” demarcam uma oração intercalada.
C.	A vírgula após “quanto” indica unicamente omissão de palavra.
D.	As vírgulas antes e depois de “diz-se” isolam uma oração adjetiva restritiva.
E.	As vírgulas antes e após “no século XV” isolam uma expressão adverbial de tempo.

05. Assinale a alternativa INCORRETA com relação ao seguinte trecho: “A periodização, obra do homem, é portanto ao mesmo tempo artificial e provisória. Ela evolui com a própria história. Em relação a isso, ela tem uma dupla utilidade: permite melhor controlar o tempo passado, mas também sublinha a fragilidade desse instrumento do saber humano que é a história.”

A.	O termo “artificial” é coerente com a ideia veiculada em “obra do homem”, que pressupõe algo não natural.
B.	O pronome “ela” tem o mesmo referente nas duas ocorrências: “a periodização”.
C.	A conjunção “portanto” expressa uma conclusão em relação a algo que foi dito anteriormente no texto.
D.	Os dois pontos introduzem exemplos de como a periodização pode ser precária e efêmera.
E.	O termo “sublinha” poderia ser substituído, sem prejuízo de sentido, por “evidencia”.

Prova de Conhecimento: Matemática (06 – 10)

06. O time de futebol “Amarelão”, criado no final da década de 40, obteve, até o momento, em partidas oficiais e em amistosos, 3.120 vitórias, 1.363 derrotas e 1.517 empates. Sabendo disso, é CORRETO afirmar que a razão entre o número de vitórias e o total de partidas disputadas é de:

A.	0,23.
B.	0,25.
C.	0,38.
D.	0,52.
E.	0,69.

07. Um retângulo possui a medida de seu lado maior igual ao quádruplo do lado menor, e a área mede 605cm^2 . Sabendo disso, determine as medidas de cada um dos lados.

A.	11cm e 55cm.
B.	10cm e 50cm.
C.	15cm e 75cm.
D.	5cm e 25cm.
E.	8cm e 40cm.

08. Ana Carolina vive se queixando de dores nas costas. Sua mãe vive dizendo que as dores são resultado da mochila pesada que ela carrega. Sabendo que, quando Ana Carolina se pesou com a mochila nas costas, a balança marcou 79 Kg e que, sem a mochila, a balança registrou $\frac{4}{5}$ do valor que havia sido marcado inicialmente, é CORRETO dizer que os pesos da mochila e de Ana Carolina são, respectivamente:

A.	19,80 Kg e 59,20 Kg.
B.	19,20 Kg e 59,80 Kg.
C.	15,80 Kg e 63,20 Kg.
D.	14,20 Kg e 64,80 Kg.
E.	18,90 Kg e 60,10 Kg.

09. A assinatura bimestral de um jornal impresso custa R\$ 220,00. O preço da assinatura bimestral desse mesmo jornal, só que on-line, custa 4/5 do valor impresso. Sabendo disso, a diferença do valor pago por uma assinatura anual do jornal impresso e do jornal on-line é de:	
A.	R\$ 388,00.
B.	R\$ 264,00.
C.	R\$ 132,00.
D.	R\$ 226,00.
E.	R\$ 405,62.

10. O armazém do Sr. João recebe a visita de três vendedores de sabão em barra, periodicamente. Hoje, os três vendedores se encontraram e foi uma cena engraçada, pois aproveitaram o encontro para contar “causos”. Como foi muito divertido, eles combinaram de se encontrar mais vezes. Sabendo que o vendedor A passa a cada 30 dias; o vendedor B, a cada 48 dias; e o vendedor C, a cada 72 dias, é CORRETO afirmar que o próximo encontro será daqui a:	
A.	689 dias.
B.	822 dias.
C.	544 dias.
D.	738 dias.
E.	720 dias.

Prova de Conhecimentos Gerais e Legislação (11 – 15)

11. Segundo o art. 15 da Lei nº 1.350, de 16 de julho de 2014, que dispõe sobre o plano de carreiras, cargos e remuneração dos servidores do município de Santo Antônio da Platina, são requisitos básicos para a nomeação:	
I - Aprovação em concurso público.	
II - Apresentação dos documentos exigidos por lei e pelo edital do concurso, na ocasião da posse.	
III - Inexistência de impedimento legal para ingresso na administração pública municipal.	
IV - Outros requisitos previstos em lei, editais ou normas específicas do concurso.	
A.	Somente os itens I e II.
B.	Somente os itens I e III.
C.	Somente os itens I, III e IV.
D.	Somente os itens I e IV.
E.	Todos os itens, I, II, III e IV.

12. A História regional mostra-nos que, antes da efetiva ocupação de Santo Antônio da Platina, alguns fatos movimentaram a região e nomes como o de “.....” (o fundador do povoado) tornaram-se familiares aos ouvidos dos desbravadores. Quem foi o fundador do povoado?	
A.	Américo Olympio do Prado.
B.	Francisco da Silva Machado.
C.	Antônio Pinto da Fonseca.
D.	Carlos Cavalcanti de Albuquerque.
E.	Rodolpho Eugênio Ferreira.

13. Qual o ano de instalação do município de Santo Antônio da Platina?	
A.	20/08/1910
B.	20/08/1912
C.	20/08/1913
D.	20/08/1914
E.	20/08/1915

14. Segundo o art. 25 da Lei nº 1.350, de 16 de julho de 2014, que dispõe sobre o plano de carreiras, cargos e remuneração dos servidores do município de Santo Antônio da Platina, ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 03 (três) anos, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:	
A.	Assiduidade, Capacidade de iniciativa, Produtividade; Responsabilidade, Empatia.
B.	Assiduidade, Disciplina, Capacidade de iniciativa, Produtividade, Responsabilidade.
C.	Empatia, Disciplina, Capacidade de iniciativa, Número de faltas, Responsabilidade.
D.	Assiduidade, Disciplina, Capacidade de iniciativa, Produtividade, Responsabilidade.
E.	Sinergia, Disciplina, Capacidade gerencial, Produtividade, Liderança.

15. O primitivo homem paranaense pertencia à família tupi-guarani e jê. Foram os tupis que deram nome ao Estado: Paraná. Na língua tupi-guarani, qual é o significado de Paraná?	
A.	Rio Bonito.
B.	Rio Caudaloso.
C.	Água Grande.
D.	Rio Grande.
E.	Rio da Prata.

**CONHECIMENTO ESPECÍFICO DO CARGO
CONTABILISTA (16-40)**

16. O Balanço Patrimonial do dia 31/12/2021 de uma empresa comercial apresentou os seguintes saldos:

Nome da Conta Contábil	Valor em R\$
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	1.500,00
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	7.400,00
BANCO CONTA MOVIMENTO	12.000,00
BENS IMÓVEIS	150.000,00
CAPITAL SUBSCRITO	100.000,00
DUPLICATAS A RECEBER	6.000,00
ESTOQUE DE MERCADORIAS	63.500,00
FINANCIAMENTOS A PAGAR	56.800,00
FORNECEDORES	73.000,00
LUCROS ACUMULADOS	43.000,00
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS EM EMPRESAS CONTROLADAS	40.000,00
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	9.000,00
(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR	21.000,00
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA	8.000,00
(-) JUROS A TRANSCORRER SOBRE FINANCIAMENTOS	3.200,00

Pede-se: Qual é o valor do Patrimônio Líquido nesta data, com base nos dados do Balanço Patrimonial?

A.	R\$ 173.000,00.
B.	R\$ 131.000,00.
C.	R\$ 122.000,00.
D.	R\$ 171.000,00.
E.	Nenhuma das alternativas anteriores.

17. Um Caminhão Novo (Zero km) foi adquirido por uma empresa em 01/09/2019 e, no mesmo dia, passou a ser utilizado nas suas atividades operacionais. O Valor pago pelo caminhão foi de R\$ 370.000,00, à vista. Foi considerada para o caminhão uma vida útil de 120 meses, e um Valor Residual de R\$ 40.000,00 ao final da vida útil. Ao final de cada ano, a estimativa da vida útil e do valor residual foram analisados e mantidos. Considerando apenas essas informações apresentadas, se a empresa adotou os procedimentos previstos na NBC-TG 27 – Ativo Imobilizado, e utilizou o método linear de depreciação (linha reta), qual é o valor da Depreciação Acumulada, apresentada no Balanço Patrimonial de 31/12/2021 para este caminhão?

A.	R\$ 86.333,33.
B.	R\$ 74.250,00.
C.	R\$ 33.000,00.
D.	R\$ 77.000,00.
E.	Nenhuma das alternativas anteriores.

18. Com relação à Demonstração dos Fluxos de Caixa de entidades do setor privado, prevista na NBC-TG 03, assinale a alternativa INCORRETA:

A.	Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, para apresentar os fluxos de caixa das atividades operacionais, pode-se adotar o método direto ou o método indireto.
B.	Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, classificam-se os fluxos de caixa em atividades operacionais, estratégicas, e de financiamentos.
C.	Com base na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pode-se avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa.
D.	Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, entende-se “Equivalentes de caixa” como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
E.	Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, o “Caixa” compreende apenas o numerário em espécie e os depósitos bancários disponíveis.

19. Uma indústria teve, em certo período, um Custo Indireto total de R\$ 12.000,00 e precisa distribuí-lo entre os três produtos que ela produziu no período: A, B e C. As informações dos custos do período são apresentadas a seguir:

Descrição	Produto A	Produto B	Produto C	Total
Matéria-prima (MP)	R\$ 3.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 18.000,00
Mão de obra direta (MOD)	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 6.000,00
Custo direto total (CD)	R\$ 5.000,00	R\$ 7.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 24.000,00
Informações Adicionais:				
Tempo Total de Fabricação (TTF) (em horas)	300	200	500	1000
Quantidade Produzida (em Und.)	500	400	1200	2100

Utilizando o método de custeio por absorção para apurar o custo total de cada produto, e rateando os custos indiretos de acordo com o tempo total de fabricação (TTF), o custo unitário dos produtos A, B e C é, respectivamente:

A.	R\$ 17,20; R\$ 23,50; e R\$ 15,00.
B.	R\$ 10,00; R\$ 17,50; e R\$ 10,00.
C.	R\$ 15,71; R\$ 23,21; e R\$ 15,71.
D.	R\$ 18,00; R\$ 27,50; e R\$ 13,33.
E.	Nenhuma das alternativas anteriores.

20. Assinale a alternativa CORRETA com relação ao objetivo, o campo de aplicação da contabilidade pública, e o alcance das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):	
A.	As empresas estatais independentes devem contabilizar todas as suas transações, adotando a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, e elaborar suas demonstrações contábeis de acordo com as NBCASP.
B.	O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é o fornecimento de informações sobre a entidade do setor público, exclusivamente para fiscalização dos tribunais de contas.
C.	As empresas estatais dependentes estão dispensadas da adoção das NBCASP, já que não recebem recursos financeiros do ente controlador.
D.	Os órgãos da administração direta, em qualquer esfera de governo, estão dispensados da adoção da contabilidade pública e das NBCASP.
E.	Todas as entidades listadas a seguir estão obrigadas a adotar a contabilidade pública e as NBCASP: Poder Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados, DF e Municípios; Ministério Público; Consórcios Públicos; Autarquias.

21. Os Princípios Orçamentários visam a estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Um dos princípios orçamentários estipula que “a Lei Orçamentária Anual (LOA) de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público”. A qual princípio orçamentário este enunciado se refere?	
A.	Princípio da Universalidade.
B.	Princípio da Exclusividade.
C.	Princípio da Unidade.
D.	Princípio da Legalidade.
E.	Princípio da Transparência.

22. Analise as afirmativas a seguir:	
I - Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, e as despesas nele legalmente liquidadas.	
II - Restos a pagar são despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro do mesmo ano em que foram empenhadas.	
III - São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei do Orçamento.	
De acordo com a Lei 4.320/64, estão CORRETAS as afirmativas:	
A.	I, II e III.
B.	Apenas II e III.
C.	Apenas I e II.
D.	Apenas II.
E.	Apenas III.

23. Em determinado município, obtiveram-se as seguintes informações sobre o exercício financeiro de 2021, apresentadas no Demonstrativo da Despesa com Pessoal do poder executivo:

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (Ajustada para fins de cálculo dos limites da despesa com pessoal)	R\$ 15.000.000,00
DESPEZA TOTAL COM PESSOAL (DTP) DO PODER EXECUTIVO	R\$ 7.350.000,00

Considerando apenas estas informações e com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000 e suas regulamentações), no que tange aos limites da despesa com pessoal, é CORRETO afirmar:

A.	O poder executivo excedeu apenas o Limite Prudencial.
B.	O poder executivo excedeu apenas o Limite de Alerta.
C.	O poder executivo excedeu o Limite Prudencial e o Limite de Alerta.
D.	O poder executivo excedeu o Limite Máximo.
E.	O poder executivo não atingiu o Limite de Alerta nem o Limite Prudencial.

24. A receita pública orçamentária é classificada quanto à sua categoria econômica em:

A.	Receitas Intraorçamentárias e Extraorçamentárias.
B.	Receitas Orçamentárias e Extraorçamentárias.
C.	Receitas Correntes e Receitas de Capital.
D.	Receitas Próprias e Receitas de Transferências Recebidas.
E.	Receitas do Principal, de Juros e da Dívida Ativa.

25. Conforme a Lei 4.320/64, no que se refere à Despesa, é CORRETO afirmar:

A.	O empenho de despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
B.	É permitida a realização de despesa sem prévio empenho, desde que tenha sido decretado estado de emergência ou calamidade pública no município.
C.	A liquidação da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
D.	O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.
E.	O empenho da despesa poderá exceder o limite dos créditos concedidos, necessitando que haja prévia liquidação.

26. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o lançamento contábil no subsistema patrimonial (com natureza de informação patrimonial) da Liquidação de uma *Despesa com Serviço de reparo de veículo* deve ser realizado utilizando os seguintes grupos e contas do Plano de Contas Aplicado do Setor Público (PCASP):

A.	Débito: Grupo 4 - Variação Patrimonial Aumentativa - Despesa Crédito: Grupo 2 - Passivo Circulante - Fornecedores a Pagar
B.	Débito: Grupo 6 - Controles de Execução do Orçamento - Crédito Empenhado Liquidado a Pagar Crédito: Grupo 6 - Controles de Execução do Orçamento - Crédito Empenhado a Liquidar
C.	Débito: Grupo 6 - Controles de Execução do Orçamento - Crédito Empenhado a Liquidar Crédito: Grupo 6 - Controles de Execução do Orçamento - Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
D.	Débito: Grupo 2 - Passivo Circulante - Fornecedores a Pagar Crédito: Grupo 1 - Ativo Circulante - Caixa e Equivalentes de Caixa
E.	Débito: Grupo 3 - Variação Patrimonial Diminutiva - Despesa Crédito: Grupo 2 - Passivo Circulante - Fornecedores a Pagar

27. O Patrimônio Líquido de uma entidade do setor público pode ser afetado por variações patrimoniais aumentativas (VPA) e variações patrimoniais diminutivas (VPD). Com relação à realização e ao reconhecimento de tais variações patrimoniais, é CORRETO afirmar:	
A.	Considera-se realizada a variação patrimonial diminutiva (VPD) quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior.
B.	Considera-se realizada a variação patrimonial diminutiva (VPD) pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.
C.	Variações patrimoniais aumentativas (VPA) não podem ser reconhecidas antes da ocorrência da arrecadação da receita orçamentária.
D.	Considera-se realizada a variação patrimonial aumentativa (VPA) com a diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo.
E.	Variações patrimoniais aumentativas (VPA) não podem ser reconhecidas após a ocorrência da arrecadação da receita orçamentária.

28. Os bens públicos fazem parte do patrimônio público. Uma das categorias de bens públicos é a de Bens de Uso Especial. Assinale a alternativa que melhor representa a definição de Bens de Uso Especial.	
A.	Compreendem os bens de domínio público, construídos ou não por pessoas jurídicas de direito público, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças.
B.	São ativos que normalmente podem ser conservados por um número significativamente maior de anos do que a maioria dos bens, devendo ser partes de um sistema ou de uma rede, especializados por natureza e não possuírem usos alternativos, tais como redes rodoviárias, sistemas de esgoto, sistemas de abastecimento de água e energia, dentre outros.
C.	Compreendem os bens, tais como edifícios ou terrenos, destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual ou municipal.
D.	Compreendem os bens que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades, a que se tenha dado estrutura de direito privado, como apartamentos, armazéns, casas, glebas, terrenos, lojas, dentre outros.
E.	São os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, tais como monumentos e prédios históricos, sítios arqueológicos, áreas de conservação e reservas naturais.

29. De acordo com a Lei 4.320/64, suas atualizações e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), consolidadas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) devem apresentar informações comparativas com o período anterior para facilitar sua análise e compreensão. Para tanto, de acordo com a legislação citada, o conjunto completo das DCASP é composto por:	
A.	Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; e Notas explicativas.
B.	Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado Econômico; Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos; Balanço Orçamentário; e Notas explicativas.
C.	Balanço Patrimonial; Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Demonstração do Resultado Abrangente; Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos; Demonstração dos Fluxos de Caixa; e Notas explicativas.
D.	Balanço Patrimonial; Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; e Notas explicativas.
E.	Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; e Notas explicativas.

30. Considerando que a figura a seguir é um recorte do Balanço Orçamentário do 6º Bimestre do ano de 2020 do Município de Santo Antônio da Platina-PR, assinale a alternativa CORRETA:

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	130.000.000,00	153.042.912,93	20.906.840,86	13,66%	117.894.550,70	77,03%	35.148.362,23
RECEITAS CORRENTES	129.986.000,00	140.298.835,55	19.935.556,48	14,21%	113.482.972,39	80,89%	26.815.863,16
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	23.136.000,00	23.136.000,00	3.780.330,58	16,34%	22.326.057,28	96,50%	809.942,72
Impostos	22.572.000,00	22.572.000,00	3.733.194,27	16,54%	21.739.533,78	96,31%	832.466,22
Taxas	564.000,00	564.000,00	47.136,31	8,36%	586.523,50	103,99%	- 22.523,50
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00

- A. A Receita com Taxas arrecadada no ano de 2020 foi R\$ 22.523,50 menor do que havia sido previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA).
- B. Para as Receitas Correntes, houve, durante o ano, alterações na previsão de arrecadação que representaram um aumento de 14,21% sobre a previsão inicial.
- C. A efetiva arrecadação das receitas com Impostos no ano de 2020 foi R\$ 832.466,22 menor do que a previsão atualizada.
- D. A arrecadação de Receitas Correntes, no ano de 2020, foi de apenas 80,89% da previsão inicial constante na Lei Orçamentária Anual (LOA).
- E. Considerando o valor efetivamente arrecadado com o Total das Receitas (Exceto Intraorçamentárias), pode-se afirmar que tais receitas superaram a previsão inicial.

31. Um órgão público teve a seguinte movimentação orçamentária no ano de 2021:

Despesas Totais: Dotação Inicial = R\$ 13.000.000,00
 Despesas Totais: Dotação Atualizada = R\$ 15.300.000,00
 Despesas Totais: Empenhadas = R\$ 10.800.000,00
 Despesas Totais: Liquidadas = R\$ 9.500.000,00
 Despesas Totais: Pagas = R\$ 9.350.000,00
 Receitas Totais: Previsão Inicial = R\$ 13.000.000,00
 Receitas Totais: Previsão Atualizada = R\$ 15.300.000,00
 Receitas Totais: Realizadas = R\$ 12.100.000,00

Considerando apenas estas informações e utilizando as despesas empenhadas para apurar o resultado orçamentário, é CORRETO afirmar:

- A. Houve um Superávit de R\$ 2.750.000,00.
- B. Houve um Déficit de R\$ 3.200.000,00.
- C. O resultado foi nulo. Não houve Déficit nem Superávit.
- D. Houve um Superávit de R\$ 1.300.000,00.
- E. Houve um Déficit de R\$ 2.600.000,00.

32. Assinale a alternativa em que todas as entidades ou categorias de entidades mencionadas são órgãos pertencentes à administração indireta:	
A.	Exército Brasileiro; Supremo Tribunal Federal; Senado Federal.
B.	Ministério da Fazenda; Receita Federal do Brasil; Secretaria do Tesouro Nacional.
C.	Autarquia; Fundação Pública; Sociedade de Economia Mista.
D.	Ministério Público Federal; Advocacia Geral da União; Tribunal Superior Eleitoral.
E.	Empresa Pública; Associação sem fins lucrativos; Autarquia.

33. Conforme a Lei 14.133/2021 (denominada nova lei das licitações), são modalidades de licitação:	
A.	Apenas: concorrência, registro de preços, pregão presencial e pregão eletrônico.
B.	Apenas: concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e pregão.
C.	Apenas: pregão presencial e pregão eletrônico.
D.	Apenas: concorrência, tomada de preços, carta convite e pregão.
E.	Apenas: pregão, concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo.

34. Com relação à estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), é INCORRETO afirmar:	
A.	O PCASP está estruturado de acordo com as seguintes naturezas das informações contábeis: Orçamentária; Patrimonial; e Econômica.
B.	No PCASP, as informações de natureza patrimonial têm como objetivo registrar, processar e evidenciar os fatos financeiros e não financeiros relacionados com a composição do patrimônio público e suas variações qualitativas e quantitativas.
C.	O PCASP é dividido em 8 classes de contas, quais sejam: 1. Ativo; 2. Passivo; 3. Variações Patrimoniais Diminutivas; 4. Variações Patrimoniais Aumentativas; 5. Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento; 6. Controles da Execução do Planejamento e Orçamento; 7. Controles Devedores; e 8. Controles Credores.
D.	São exemplos de atributos da conta contábil do PCASP: o código, o título ou nome, a função e a natureza do seu saldo.
E.	No PCASP, as informações de natureza orçamentária têm como objetivo registrar, processar e evidenciar os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.

35. A qual dos seguintes princípios constitucionais tributários se refere o seguinte enunciado: “É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou”?	
A.	Princípio da Anterioridade.
B.	Princípio da Irretroatividade.
C.	Princípio da Legalidade.
D.	Princípio da Anualidade.
E.	Princípio da Isonomia ou Igualdade.

36. Quanto à competência tributária dos entes da federação, aos municípios compete, dentre outros, instituir impostos sobre:	
A.	Renda e proventos de qualquer natureza; serviços de transporte intermunicipal de cargas; propriedade predial e territorial urbana.
B.	Serviços de manutenção e reparo de veículos; propriedade territorial urbana e rural; transmissão de bens imóveis “inter vivos”.
C.	Propriedade predial e territorial urbana; operações relativas à circulação de mercadorias; transmissão de bens imóveis “inter vivos”.
D.	Prestação de serviços de contabilidade; doação de quaisquer bens ou direitos; propriedade predial e territorial urbana.
E.	Propriedade predial e territorial urbana; serviços de transporte municipal; transmissão de bens imóveis “inter vivos”.

37. Em um processo licitatório que tomou como base a Lei 10.520/2002 (Lei que institui a modalidade de Pregão), conduzido na modalidade de pregão presencial e tendo como critério de julgamento o menor preço, foram apresentadas nos envelopes as seguintes propostas para o Item 1: Empresa 1 – Valor R\$ 1.300,00 Empresa 2 – Valor R\$ 1.130,00 Empresa 3 – Valor R\$ 1.000,00 Empresa 4 – Valor R\$ 1.055,80 Empresa 5 – Valor R\$ 1.030,00 Empresa 6 – Valor R\$ 1.205,40 Considerando que todas as propostas atendiam às exigências do edital de licitação, e tendo como base apenas o preço ofertado, quais dessas empresas puderam participar da fase de lances verbais para o Item 1?	
A.	Apenas a Empresa 3 e a Empresa 5.
B.	Apenas a Empresa 3, a Empresa 4 e a Empresa 5.
C.	Apenas a Empresa 2, a Empresa 3, a Empresa 4 e a Empresa 5.
D.	Apenas a Empresa 2, a Empresa 3, a Empresa 4, a Empresa 5 e a Empresa 6.
E.	Todas as empresas.

38. Com relação aos instrumentos de planejamento governamental, é CORRETO afirmar:	
A.	O Plano Plurianual (PPA) é um planejamento de médio prazo que apresenta os programas de governo, tem vigência de 4 anos, e o início da vigência coincide com o início do mandato do prefeito municipal e dos vereadores.
B.	A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de iniciativa do poder executivo e aprovada pelo poder legislativo, apresenta o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
C.	As diretrizes, objetivos e metas da administração pública são elementos essenciais da Lei Orçamentária Anual (LOA).
D.	A Lei Orçamentária Anual (LOA) não deve conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo nesta proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
E.	O Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) têm vigência de 4 anos, iniciando no segundo ano de mandato do prefeito municipal, já a Lei Orçamentária Anual (LOA) tem vigência anual, necessitando ser aprovada anualmente pelo poder legislativo.

39. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece critérios sobre a divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF). Com relação a esses dois relatórios, é CORRETO afirmar:	
A.	Balanço Orçamentário; Demonstrativo dos Resultados Nominal e Primário; e Demonstrativo da Apuração da Receita Corrente Líquida são demonstrativos que integram o RGF.
B.	Demonstrativo de Operações de Crédito; Demonstrativo da Dívida Consolidada; e Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar são demonstrativos que integram o RREO.
C.	Na esfera municipal, o RGF deve ser elaborado e divulgado de maneira independente, pelo poder executivo e pelo poder legislativo.
D.	O RREO deve ser elaborado e divulgado pela União, Estados, DF e Municípios, de maneira independente, pelo poder executivo, legislativo e judiciário, com base em suas respectivas movimentações orçamentárias.
E.	O RGF deve ser elaborado e divulgado pela União, Estados, DF e Municípios, de forma consolidada, abrangendo as informações de todos os poderes (e o Ministério Público, quando for o caso).

40. Qual é o lançamento correto no subsistema patrimonial (natureza de informação patrimonial) de um município para o seguinte fato contábil: Emissão dos Carnês de IPTU, ou seja, momento em que ocorre o fato gerador para a cobrança do imposto e quando é individualizado por contribuinte o valor devido do imposto, e reconhecido o direito do município de receber o valor dos contribuintes.	
A.	Débito - 1.1.2.1.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber (P) Crédito - 4.1.1.x.x.xx.xx VPA – Tributos
B.	Débito - 1.1.1.0.x.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F) Crédito - 4.1.1.x.x.xx.xx VPA – Tributos
C.	Débito - 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar Crédito - 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada
D.	Débito - 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada Crédito - 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar
E.	Débito - 4.1.1.x.x.xx.xx VPA – Tributos Crédito - 1.1.2.1.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber (P)

Ficha de respostas para conferência (Concurso Santo A. da Platina - PR – 24/04/2022)
Acesse o Gabarito Provisório a partir de 25/04/2022

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40					